



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012956-26.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**  
 Requerente: **José Roberto de Oliveira**  
 Requerido: **Tan Assentamento de Pisos Ltda - Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA, já qualificado, ajuizou ação de cobrança em face de TAN ASSENTAMENTO DE PISOS LTDA EPP, também qualificado, alegando tenha locado ao requerido o imóvel comercial situado na Rua Visconde de Inhaúma nº 522 – Centro – São Carlos, através de contrato de locação com caução em pecúnia, firmado em 1/02/2013, sendo certo que a requerida entregou as chaves do imóvel em 02/06/2016, estando inadimplentes com os aluguéis vencidos em 15/03/2016 (parcial) e 15/04 a 15/08/2016, além das parcelas de IPTU e o valor gasto com a reforma do imóvel que, descontado o valor da caução, perfaz uma dívida de R\$ 7.696,21, à vista do que requereu a condenação do requerido ao pagamento da referida quantia, devidamente corrigida, além das verbas de sucumbência.

O requerido, devidamente citado, deixou de apresentar resposta.  
 É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, sendo que a revelia faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme art. 344, do CPC.

A relação contratual está comprovada pelos documentos juntados com a inicial, provando não tenha o requerido honrado com o pagamento dos aluguéis vencidos em 15/03/2016 (parcial) e 15/04 a 15/08/2016, além dos valores referentes ao IPTU, sendo de rigor a procedência da ação, cumprindo ao requerido pagar o valor devido pelo inadimplemento, que soma R\$ 7.696,21, acrescido de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento.

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu TAN ASSENTAMENTO DE PISOS LTDA EPP a pagar ao autor JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA a importância de R\$ 7.696,21 (*sete mil seiscentos e*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*noventa e seis reais e vinte e um centavos*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento; e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 24 de abril de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**